



Sala de recursos multifuncionais: a utilização de recursos pedagógicos e de acessibilidade no atendimento educacional especializado da criança com deficiência matriculada no ensino regular

Room multi-functional resources: the use of pedagogical resources and accessibility of specialized educational assistance of children with disabilities enrolled in mainstream education

Amanda Barazzetti¹

Demis Miguel Stiller²

Josiane Marcia Teixeira³

Geisa do Nascimento Hende⁴

Jordelina Beatriz Anacleto Voos⁵

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo relatar as observações, análises e vivências dos bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID frente à importância do trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional, principalmente no que se refere a utilização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, em uma escola da rede municipal de ensino, na cidade de Joinville – SC, durante o segundo semestre de 2015. Toda a ação está fundamentada nas leis e decretos que estão interligados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil. O trabalho de campo teve início com planejamento de atividades, pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica realizada pelos acadêmicos, para que se apropriassem do conhecimento no atendimento as crianças com deficiência. Após esta primeira abordagem foi realizada uma sondagem

¹ Aluna do Curso de Pedagogia - Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência, PIBID. amandabarazzettit@gmail.com

² Aluno do Curso de Pedagogia - Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência, PIBID. Demis.eden@gmail.com

³ Aluna do Curso de Pedagogia - Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência, PIBID. jhosimt505@gmail.com

⁴ Professora da E.M. Valentim João da Rocha – Joinville. Especialista. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência, PIBID - Supervisora. geisanas@gmail.com

⁵ Doutora, Professora dos Cursos de Licenciatura da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência, PIBID - Coordenadora. jvoos@gmail.com



para identificar quais as maiores barreiras para a aprendizagem da criança com deficiência, sua idade e o ano em que está matriculada. Foi realizado o atendimento com sete crianças com deficiência, cada qual com suas especificidades. Os resultados da pesquisa apontam para a importância da Sala de Recursos Multifuncionais e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas de ensino regular, pois neste ambiente é possível identificar e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que minimizam as barreiras para a aprendizagem da criança com deficiência na sala de aula regular e assim oportunizar uma educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Recursos Pedagógicos. Pibid.

Linha Temática: Tecnologia Educacional.

1 Introdução

A Educação Especial surgiu para ajudar a desenvolver a aprendizagem quando a criança está com dificuldades, pois se organizou tradicionalmente como ensino substitutivo à escolarização comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Este formato de organização está fundamentado no conceito de normalidade/anormalidade.

Com isto, foi entendido que poderia ser criada uma sala especial atendendo de formas diversas, como clínico-terapêutica, fortemente ancorada nos testes psicométricos que, por meio de diagnósticos, definiram as práticas escolares para os alunos com deficiência.

Sabendo que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos das demais pessoas, foram feitas mudanças no processo das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, que determinam:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (MEC/SEESP, 2001).

Porém a criança com deficiência matriculada no ensino regular ainda é um grande desafio para o professor, especialmente para aqueles resistentes às adaptações curriculares e utilização de materiais alternativos em sala de aula.



Quando esta criança frequenta o Atendimento Educacional Especializado - AEE, cria-se uma rede de comunicação na qual o professor da sala de aula regular e demais funcionários da escola passam a receber orientações do professor do AEE.

A educação especial tem documentos que preservam por lei o atendimento especializado, principalmente, a Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009, que institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade Educação especial (BRASIL, 2009). Já no Decreto nº 6.571/2008, é previsto que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superlotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, e tem como etapa complementar ou suplementar para formação de alunos em todas as esferas do ensino e qualquer modalidade de ensino.

Garcia (2008, p. 18) explica que “[...] os atendimentos especializados expressam uma concepção de inclusão escolar que considera a necessidade de identificar barreiras que impedem o acesso de alunos considerados diferentes”. Deve haver um respeito àquela pessoa que tem alguma deficiência, pois a diversidade deve ser vista pela escola como um lugar que combate este tipo de preconceito pelo simples fato de todos deverem ter acesso à educação - tanto as crianças, quanto os jovens ou adultos.

De acordo com o decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem se adequar às normas vigentes, pois as crianças com estas necessidades têm que ser tratadas como as demais que estão matriculadas nas instituições de ensino regular. Para que as crianças sejam aceitas em escolas de ensino regular, foram criadas estas leis, pois tem se notado que muitas delas são



excluídas e até deixadas de lado pelo simples fato de não terem um auxiliar acompanhando seu desempenho em sala de aula.

As políticas educacionais brasileiras têm normas para que o Atendimento Educacional Especializado - AEE seja um auxílio na educação inclusiva que vem crescendo nos últimos anos no país. O público alvo do AEE são crianças com deficiência física, intelectual, sensorial, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Na Resolução 4/2009, o artigo 5º prevê a realização deste atendimento:

[...] prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, p. 2009).

Quanto aos recursos pedagógicos e de acessibilidade, estes colaboram para que as pessoas com deficiência participem ativamente do processo escolar. Esses recursos são meios utilizados para alcançar um determinado objetivo, são ações, práticas educacionais, material didático ou recursos tecnológicos projetados para propiciar a participação autônoma do aluno com deficiência em seu percurso escolar.

A acessibilidade deve ser garantida em suas diferentes formas, contemplando desde a estrutura da instituição, até a organização das práticas pedagógicas e a utilização de recursos tecnológicos. Bersch (2006) conceitua a Tecnologia Assistiva não somente como recursos que contribuem nas atividades de vida diária de PNEs, mas também serviços e estratégias que visam oportunizar a qualidade de vida e autonomia destas pessoas.

De acordo com o conteúdo criado e desenvolvido por Satoretto e Bersch (2014) no site Assistiva, os recursos variam de um simples engrossador de lápis a um complexo sistema computadorizado. Estão incluídos brinquedos e roupas adaptadas, computadores, softwares e hardwares especiais, que contemplam



COLBEDUCA

Colóquio Luso-Brasileiro de Educação



questões de acessibilidade, dispositivos para adequação da postura sentada, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente. Segundo informações do site, a Tecnologia Assistiva é dividida por categorias que promovem a organização desta área do conhecimento: auxílios para a vida diária, comunicação aumentativa (suplementar) e alternativa – CAA, recursos de acessibilidade ao computador, sistemas de controle de ambiente, projetos arquitetônicos de acessibilidade, órteses e próteses, adequação postural, auxílios de mobilidade, auxílios para cegos ou com visão subnormal, auxílios para pessoas com surdez ou déficit auditivo e adaptações em veículos.

É importante ficar atento às necessidades específicas de cada criança, pois com criatividade e usando materiais de baixo-custo, os professores do Atendimento Educacional Especializado podem adaptar diferentes materiais que auxiliem na execução das atividades da vida diária, tais como: engrossadores de lápis, pincéis, jogos, materiais para estímulo visual e tátil, atividades de sala de aula, respeitando o planejamento e solicitações do professor do ensino regular.

Mas há situações em que os recursos de baixa tecnologia não suprem as necessidades do aluno, sendo necessário pesquisar e procurar por tecnologias de alto custo que proporcionem maior autonomia na realização das atividades escolares e demais ações desempenhadas pelo aluno. Há uma grande variedade de materiais de informática acessível, tais como teclados especiais que facilitam o acesso independente ao computador, acionadores de mouse e mouses alternativos, softwares com acessibilidade, lupa eletrônica, tablet, notebook e recursos que facilitam a comunicação como vocalizadores e pranchas de comunicação alternativa.



2 Objetivo

Relatar as observações, análises e vivências dos bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID frente ao trabalho desenvolvido na Sala de Recursos Multifuncional, principalmente no que se refere à utilização de recursos pedagógicos e de acessibilidade, em uma escola da rede municipal de ensino, na cidade de Joinville – SC, durante o segundo semestre de 2015.

3 Metodologia

Durante o segundo semestre (julho a dezembro) de 2015, os bolsistas do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) – Subprojeto de Pedagogia, acompanharam semanalmente, no turno oposto ao ensino regular, sete crianças com deficiência intelectual, baixa visão, deficiência múltipla e sem laudo definido no Atendimento Educacional Especializado, realizado pela professora de AEE que também é a supervisora do PIBID, visando observar, analisar e vivenciar o Atendimento Educacional Especializado. O presente trabalho é coordenado pela Professora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Jordelina Beatriz Anacleto Voos e supervisionado pela Professora da Escola Municipal Valentim João da Rocha, Geisa do Nascimento Hendel.

Participantes

As crianças observadas durante o Atendimento Educacional Especializado, apresentadas posteriormente por nomes fictícios, têm entre sete e dez anos e estão matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola municipal na cidade de Joinville, Santa Catarina.

Luisa tem seis anos dois meses, é matriculada no 1º ano das séries iniciais do ensino fundamental, foi diagnosticada com síndrome de Down após seu nascimento e ficou internada por trinta dias na UTI neonatal. No seu décimo quinto dia de vida foi submetida a uma cirurgia digestiva devido a estenose no esôfago e duodeno e rotação intestinal. Fez uso de várias medicações (antibióticos e



analgésicos). Aos doze meses foi submetida a uma nova cirurgia, cardíaca, permanecendo internada por quarenta dias. Aos três anos de idade iniciou seus atendimentos de estimulação na APAE de Joinville, onde permaneceu até os quatro anos de idade. Foi matriculada na Ed. Infantil aos quatro anos onde, segundo relato da mãe, a criança não foi estimulada como o esperado. Em 2015 ela ingressou nas séries iniciais do ensino fundamental. Suas habilidades de leitura, escrita, cálculo, reconhecimento de cores e abstração de informações ainda está em desenvolvimento. É resistente às regras de convívio em grupo e necessita de estímulos para sua atenção, concentração e coordenação motora.

Marina tem sete anos, está matriculada no 1º ano das séries iniciais do ensino fundamental, de acordo com seus pares de idade. Nasceu com paralisia cerebral, baixa visão e mobilidade reduzida. Foi adotada nos primeiros dias de vida pela enfermeira que trabalhava na maternidade onde nasceu. Não consegue se comunicar verbalmente e necessita de adaptação curricular e recursos que favoreçam sua acessibilidade. Reconhece todas as letras do alfabeto e consegue formar palavras com alfabeto móvel. No que se refere à matemática, reconhece os numerais até dez e faz associação com seus valores. Em sala de aula é muito tranquila e assídua. As demais crianças da turma têm grande carinho por ela.

Gabriela, 11 anos e seis meses, matriculada no 5º ano das séries iniciais do ensino fundamental. Recebeu diagnóstico de deficiência intelectual aos nove anos. Sua vida acadêmica sempre foi cercada de muitos desafios e frustrações, pois tem muita dificuldade em realizar atividades complexas que envolvem questões subjetivas e raciocínio lógico. Ainda não desenvolveu as habilidades de leitura e escrita, consegue resolver cálculos simples utilizando material concreto e necessita de intervenção constante durante atividades que requerem abstração de informações implícitas.

Kátia, Eva, Guilherme e Jean são crianças entre sete e oito anos matriculadas no 2º ano das séries iniciais do ensino fundamental. Embora não tenham laudo definido, têm grande dificuldade de aprendizagem no que se refere



à discriminação fonêmica das palavras, atenção, concentração, abstração de informações, elaboração e memorização de conceitos, por isso receberam atendimento no contraturno durante o semestre.

Além de observar e interagir com as crianças durante os atendimentos, os pibidianos vivenciaram outra atribuição do professor do AEE que é a confecção de materiais e recursos pedagógicos e de acessibilidade e construíram quatro áudio livros que poderão ser utilizados pelas crianças com baixa visão e cegueira matriculadas na escola. Para a elaboração deste material foram selecionados livros de literatura infantil e feito o download do editor de áudio livre, Audacity. Este editor permite gravar, reproduzir, importar/exportar, cortar e editar sons e músicas de maneira simples.

Segundo o Decreto Federal nº 5296/2004, a acessibilidade deve ser garantida, assegurando a eliminação de barreiras nas comunicações e informações. A Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, institui a Política Nacional do Livro (PNL), cujas diretrizes em destaque são: assegurar ao cidadão o pelo exercício do direito de acesso e uso do livro; promover e incentivar o hábito da leitura e assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

Pela Lei de Direito Autoral, ou Lei nº 9.610, de 10 de fevereiro de 1998, não é permitida a reprodução de livros na íntegra, apenas partes isoladas, capítulos de livros e/ou artigos de revistas científicas (MELO & PUPO, 2010). Todavia, conforme o Capítulo IV – Das Limitações aos Direitos Autorais, Artigo 46:

Não constitui ofensa aos direitos autorais: a reprodução de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários. (BRASIL, 1998).



4 Procedimento de coleta de dados

Para chegar ao objetivo geral desta pesquisa foram realizadas leituras de autores que desenvolveram estudos que perpassam a temática em estudo.

A pesquisa bibliográfica consiste na realização de um breve panorama conceitual do Atendimento Educacional Especializado, Contexto Histórico, Deficiências, Recursos Pedagógicos Acessíveis e Tecnologia Assistiva, possibilitando, assim, um conhecimento teórico que servirá como alicerce para a fundamentação de conceitos que envolvem o Atendimento Educacional Especializado da criança com deficiência matriculada no ensino regular.

“Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação da questão, quer para fundamentação teórica, ou ainda para justificar os limites da própria pesquisa” (RAMPAZZO, p. 53, 2013).

No processo de pesquisa utilizou-se também o método de pesquisa empírica, no decorrer dos atendimentos do AEE as observações dos acadêmicos contribuíram para a coleta de dados, registros fotográficos, e registros pessoais, possibilitando o aprofundamento do tema em questão e propiciando socialização e compreensão de caso a caso de forma única e específica, valorizando a visão e análise de cada acadêmico durante todos os processos de atendimentos no AEE.

5 Discussão dos resultados

Os pibidianos observaram e vivenciaram 17 atendimentos ao longo do semestre. Durante os atendimentos de Luisa, que tinha, entre outros objetivos, identificar a letra inicial dos nomes dos objetos, os pibidianos perceberam que ela necessitava de atividades que estimulassem as áreas da linguagem, habilidades conceituais e sociais, perceptivo motoras e sensoriomotriz. Neste atendimento foi utilizado uma caixa tátil com objetos (materiais escolares: borracha, caneta, apontador, giz de cera, papel, cola e tesoura), letras emborrachadas, espelho, tapete emborrachado, papel cartão e giz de cera de várias cores.



Sentada no tapete e ao lado do espelho, o desafio era identificar os objetos que estavam dentro da caixa tátil e relacionar com a letra inicial da palavra utilizando alfabeto móvel emborrachado. Após encontrar a letra correspondente era preciso falar o nome da letra e em seguida da palavra. A pronuncia correta foi estimulada utilizando o "método da boquinha", no qual a criança observa os movimentos da boca da professora e em seguida repete, observando no espelho. Após identificar e nomear todos os objetos da caixa as crianças desenharam no papel cartão as letras que foram reconhecidas durante a atividade.

Ao observar e vivenciar os atendimentos de Marina, no qual o foco principal era testar recursos pedagógicos e de acessibilidade que poderiam minimizar as barreiras em sala de aula comum, os pibidianos auxiliaram na confecção de um cartão de agradecimento no qual foi testada a funcionalidade de alguns recursos: plano inclinado - este recurso foi adequado, pois assim ela conseguiu visualizar melhor o material que estava manipulando. Fonte 100 em negrito - este tamanho de fonte foi o mais adequado, pois assim ela conseguia visualizar e selecionar as letras que iria utilizar para construir as palavras. Tesoura mola com suporte - o suporte confeccionado por um dos pais da escola ficou adequado para as necessidades da Maria, porém, será necessário colocar ventosas para que ela tenha um pouco mais de autonomia.

Os atendimentos de Gabriela, tiveram como objetivo promover a autonomia da criança para que ela possa realizar atividades básicas e necessárias de cálculos no seu cotidiano. Para isso foi proposta a criação de um jogo chamado Trilha Matemática, no qual o desafio seria resolver cálculos do cotidiano dispostos ao longo da trilha. Por meio deste jogo a criança foi estimulada a utilizar a calculadora para resolver os cálculos, tendo como desafio maior interpretar cada situação matemática e saber qual operação utilizar em cada momento. Durante todo o processo de confecção do jogo foi necessário auxiliar a criança, orientando-a e estimulando-a.



Eva, Guilherme e André desenvolveram diversas atividades. A primeira delas foi a confecção e utilização do Jogo das sete Cobras que favoreceu o estímulo da atenção, concentração e memória. Exercício das áreas cerebrais responsáveis pela fala, linguagem e escrita e a elaboração e memorização de conceitos.

O atendimento foi iniciado com a socialização do tema "Jogo das Sete Cobras", acompanhado da descrição do desenvolvimento de como transcorreria dinâmica da atividade a ser desenvolvida. As crianças iniciam a produção do jogo, colorindo, recortando e montando os dados. Logo após, cada uma das crianças coloriu sete cobras e criaram seus tabuleiros, espalhando os números de 2 ao 12, com exceção do número 7.

Observou-se durante o atendimento o desenvolvimento de forma individual de cada criança, percebendo por meio dos processos resultados positivos, considerando os objetivos propostos para a atividade.

No decorrer do atendimento identificamos que uma das crianças teve dificuldades em identificar alguns números, e compreender a dinâmica do jogo. Ao acompanharmos todo processo de construção do jogo e o desenvolver da atividade, compreendeu-se o valor da produção da criança atrelada ao desenvolvimento motor, espacial, relação de cores, relação com os números e a interação que há com a estrutura do jogo do início ao fim.

A proposta da Trilha Literária promoveu percepção e a intenção oculta do texto, a abstração de informações e a elaboração de questionamentos pertinentes ao texto trabalhado. No início do atendimento a professora do AEE pediu que as crianças desenhassem em um papel cartão uma Trilha e em seguida pintassem a mesma de cores diferentes.

No segundo momento foi feita a leitura do livro "Que história é essa" de Flávio de Souza, composto por várias histórias curtas. Para este atendimento a professora escolheu a história "O passarinho" e, após fazer a leitura, propôs que as crianças elaborassem perguntas sobre história para colocar no jogo "Trilha



Literária". Neste momento as crianças demonstraram bastante dificuldades para construir as frases, mesmo com diversas dicas e estímulos da professora eles revelaram grande dificuldade para abstrair as informações necessárias e criar desafios a partir da história.

Houve uma abordagem ampla da professora do AEE que estimulou e instigou as crianças e quando as perguntas foram elaboradas cada criança foi orientada a passar para o tabuleiro as perguntas criadas.

Posteriormente conversaram sobre quais seriam as regras do jogo e decidiram que quem tirasse "um" no dado iniciaria o jogo. As crianças jogaram a "Trilha Literária" com bastante entusiasmo e responderam às perguntas sobre a história com certa facilidade.

Para ensinar as correspondências grafofonêmicas e desenvolver as habilidades metafonológicas, foi construído com as crianças o jogo Baralho Fonêmico. Elas iniciam o atendimento procurando e recortando diversas gravuras (animais, objetos, alimentos, etc.). Após esta etapa elas devem organizar as gravuras em pares (10 pares) que devem iniciar com o mesmo fonema, ex.: bola/bota, bolo/boto. Durante este processo as crianças são estimuladas a analisar as correspondências entre as letras e seus sons, estimulando o desenvolvimento da consciência fonológica.

A partir do momento que as crianças compreendem esta correspondência as regras do jogo são ensinadas. No início houve certa dificuldade em compreender as regras do jogo e fazer as correspondências entre as letras e seus sons, mas após algum tempo a atividade começa transcorrer como planejada e as crianças se divertem aprendendo por meio do lúdico.

Durante os atendimentos os alunos responderam a cada recurso utilizado, alguns de forma positiva e outros sinalizando a não funcionalidade dos materiais utilizados.

No cenário atual, entende-se que a educação é um direito de todos e que a instituição de ensino deve estar preparada e acessível, não apenas fisicamente



com suas rampas e banheiros adaptados, mas pedagogicamente, com atividades que favoreçam a aprendizagem e que possam ser desenvolvidas independente das condições físicas ou cognitivas de cada criança matriculada no ensino regular.

“As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação. Nesse sentido, elas contestam e não adotam o que é tradicionalmente utilizado para dar conta das diferenças nas escolas: os currículos passam por adaptações, e as atividades e os programas são facilitados para que as aprendizagens sejam reforçadas, ou mesmo aceleradas, em casos de defasagem idade/série escolar (MANTOAN, p. 44, 2006)”.

As crianças com deficiência matriculadas no ensino regular trazem em sua trajetória acadêmica um histórico de baixo rendimento e frustrações entre atividades nada significativas e ausência de adaptações curriculares.

Um currículo aberto e flexível é condição fundamental para responder à diversidade, já que permite tomar decisões refletidas e ajustadas às diferentes realidades sociais, culturais e individuais, mas não é uma condição suficiente (COLL, p. 291, 2004).

Ao observar a criança durante o atendimento educacional especializado, percebe-se que cada uma delas tem habilidades que devem ser estimuladas e utilizadas no contexto escolar. A criança que ainda não desenvolveu as habilidades de leitura e escrita consegue desenvolver as atividades ofertadas na sala de aula regular, desde que estas recebam as adaptações e o uso de materiais adaptados.

As possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem da criança com deficiência intelectual não podem ser limitadas a atividades de repetição, memorização ou treino motor. Esta criança necessita de atividades que estimulem seu raciocínio lógico e matemático, leitura, escrita, atenção, concentração e compreensão por meio de propostas dinâmicas que possam ser vivenciadas em parceria com outros colegas e, sobretudo, que sejam significativas de acordo com a realidade em que vive.

Ao se deparar pela primeira vez com uma criança como Marina, imagine-se que pouco pode ser feito, ou que pouco ela pode fazer dentro de uma sala de



aula regular. Mas todo este conceito prévio desmorona ao observar que o uso de materiais pedagógicos e tecnológicos que favorecem a acessibilidade são funcionais e tornam-se extensões de seu corpo e mente para compartilhar o que sabe e compreende.

Já com as crianças com dificuldade de aprendizagem, foi possível constatar que, por meio de atividades lúdicas, na qual são participantes ativas desde a confecção do material que será utilizado até o registro dos resultados, a compreensão do que é proposto ocorre de maneira natural e significativa.

As especificidades e necessidades de sujeitos em processo de aprendizagem poderão ser contempladas com a construção dos currículos de aprendizagem, um conjunto de habilidades, competências e saberes estabelecidos por meio de um diagnóstico das dificuldades e possibilidades de cada sujeito, respeitando e valorizando histórias de vida (SANTAROSA, p. 347, 2010).

Desta forma, contatou-se que durante o atendimento educacional especializado, no qual a professora tem como atribuições identificar e elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade, a criança com deficiência consegue, dentro de suas especificidades, apropriar-se de conceitos, abstrair informações e expressar o que compreende, seja por meio de recursos de alta tecnologia, como uma lupa eletrônica ou um simples engrossador de lápis. Ao abordar atividades lúdicas no processo de desenvolvimento da leitura e escrita foi possível perceber o grande interesse por parte das crianças a cada atendimento.

Assim, pode-se afirmar que, os recursos pedagógicos e de acessibilidade como instrumentos para minimizar a barreira que dificultam a aprendizagem da criança com deficiência no ensino regular são fundamentais para todas as crianças atendidas na sala de recursos multifuncionais.

A partir das atividades desenvolvidas durante o atendimento educacional especializado, pode-se perceber que, mesmo as crianças que ainda não desenvolveram as habilidades de leitura, conseguiram realizar as atividades propostas.



6 Considerações Finais

Ao finalizar o projeto na Sala de Recursos Multifuncionais, constatou-se a relevância da inclusão do Atendimento Educacional Especializado nas escolas, e compreendeu-se a legitimidade do direito à educação a todos. Verificou-se, no decorrer deste processo, o desenvolvimento das atividades propostas e por meio dos recursos utilizados, o sucesso da sala de Atendimento Educacional Especializado, que envolveu crianças com deficiência matriculadas no ensino regular. Observou-se também o desenvolvimento e a evolução de cada criança, cada qual no seu tempo e suas especificidades. Pode-se destacar que a Sala de Recursos Multifuncionais proporciona o respeito o direito e à diversidade, promovendo orientação, desenvolvimento cognitivo e conhecimento de forma lúdica e prazerosa.

Para finalizar, salienta-se a importância do Projeto Pibid de Pedagogia em conjunto com a sala de AEE, vendo, nesta oportunidade, significativas contribuições para a formação acadêmica, sendo que a participação no projeto aproxima os graduandos da realidade escolar, permitindo conhecer a dinâmica deste cenário e suas diversas particularidades.

Referências

BERSCH, R. Tecnologia Assistiva – TA. In: SCHIRMER, C.; BROWING, N.; BERCH, R.; MACHADO, R..Atendimento Educacional Especializado: deficiência física. Brasília: SEESP – SEED – MEC, 2006. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

_____. Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 03. jul. 2016.

_____. Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art



BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001 Seção 1E. p. 39-40.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 4/2009, de 2 outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União** Brasília, DF, 05 out. 2009 a. Seção 1. p. 17.

COLL, César. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004. Ed. 2. p. 291.

GARCIA, Rosalba Maria C. Políticas inclusivas na educação: do global ao local. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto; CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.). Educação especial: diálogo e pluralidade. Porto Alegre: Mediação, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão Escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editor Moderna, 2006. Ed. 1. p. 44.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. – 7.ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Resolução CNE/CEB 4/2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17

SANTAROSA, Lucila Maria Costi. **Tecnologias Digitais Inclusivas**. Porto Alegre: JSM Comunicações LTDA, 2010. Ed. 1. p. 347.